



Carta de Brasília

A Abel reúne-se pela trigésima nona vez com muito a comemorar e diversas dúvidas e ponderações sobre seus rumos e caminhos a serem trilhados.

Na abertura do evento o Presidente Roberto Lamari, ao desejar boas-vindas as participantes, destacou o número recorde de inscritos e lamentou a ausência dos participantes do Rio Grande do Sul, e se solidarizou, em nome da Associação, com os colegas, as Casas Legislativas e com a população afetada pela enchente histórica, ao mesmo tempo que destacou a rede de solidariedade vista em todo o País.

Foi assinado Termo de Colaboração à Rede de Cooperação no âmbito da Equidade, Inclusão e Diversidade, com foco no Gênero e Raça, como Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça do DF e Territórios, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Companhia de Recursos Minerais, Ministério Público do Trabalho, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Superior de Justiça, com vistas a promover a Diversidade, Equidade e Inclusão na Gestão pública, com abordagem transversal e interseccional, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

No âmbito as comemorações da Lei nº 14.798/2024, que instituiu o Dia Nacional da Educação Legislativa, a ser celebrado, anualmente, no dia 15 de maio, dia da criação da Abel, em 2003, foram realizados em todo país mais de 130 atividades, entre palestras, apresentação de trabalhos, mesas redondas, lives e seminários, que proporcionou análise sobre os trabalhos das Escolas do Legislativo e de Contas e a tomada de posição sobre os próximos desafios. Também foram apresentados trabalhos de 12 Escolas de todo o país.

Na continuidade dos trabalhos foram apresentadas duas palestras: “Uma Escola para o Legislativo” e “Escolas do Legislativo em Rede e a Longo Prazo”, que incitaram discussões e reflexões sobre os trabalhos desenvolvidos. Nestes últimos 21 anos e os rumos que a ABEL deve adotar.

Das apresentações ficaram lições de que as escolas, como instituições permanentes do Poder Legislativo, são para a formação de seus servidores, que atuam em arena política e, como órgão de estado, deve ser um forte fiador da democracia, nos níveis federal, estadual e municipal, trabalhando de forma educadora, colaborativa, formativa e permanente.

Que possamos focar, incentivar e, em último caso reorientar, que os programas devam ser enfocados exclusivamente no Poder Legislativo, deixando que iniciativas disparem sejam tratadas nos respectivos âmbitos, para que sejamos instituições de democracia, cidadania e ensino das atividades inerentes as nossas atividades.

Reconhecemos que o Poder Legislativo é um poder em mutação constante, seja pela forma particular de sua renovação a cada dois anos, seja pelas mudanças da sociedade contemporânea ou pelas tecnologias que tem mutação permanente, exigindo o aprendizado e sua aplicabilidade.

A ABEL, que nunca é a mesma do que foi no encontro anterior, - seja pela mudança de seus dirigentes ou pelo ingresso de novos associados, com expectativas, recursos e conhecimento disparem- deve se estruturar para funcionar como rede colaborativa, fruto dos avanços tecnológicos, e da experiência que adquirimos ao longo dos anos sendo elemento catalizador desta metamorfose e que tenhamos o reconhecimento e valorização a partir do reconhecimento da política como motivador para a criação, alocação de recursos e manutenção das escolas e aproveitar o apoio para valorizar e fomentar as atividades, com sua complexidade de soluções e usar a criatividade para implementar

Também, ficou recomendado que a ABEL, deve repensar a forma dos encontros e a definição do que se espera das escolas e a forma de torná-lo eficaz no cumprimento das estratégias definidas

Brasília, 07 de junho de 2024.